

PEC 55/16 é aprovada no Senado e ameaça o futuro do País



Servidores da Universidade de Brasília se reuniram na Esplanada dos Ministérios, onde foi cenário de expressiva mobilização contra a PEC 55/16, que concentrou representantes de movimentos sociais, sindicatos, e diversos segmentos da sociedade. Apesar da mobilização, o plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (29), em primeiro turno, por 61 votos a 14, o texto-base da PEC 55, que estabelece um limite para os gastos públicos pelos próximos 20 anos. Servidores da UnB também protestaram contra a gestão da empresa Ebserh, que privatiza os hospitais universitários e coloca a saúde em um cenário mais preocupante ainda. As forças representadas pelas entidades e pelos movimentos reuniram mais de 10 mil pessoas e repercutiram a desaprovação do Projeto, considerado prioridade do governo golpista, que alega que essa medida é crucial para reequilibrar as contas públicas.

Esse argumento faz parte de um cenário criado com o objetivo de oferecer lucros aos bancos e a uma pequena parcela que detém o maior poder aquisitivo. Segundo a auditora fiscal e coordenadora da organização brasileira Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli, o que está “quebrando” o Brasil é a contínua sangria de quase metade do orçamento federal, anualmente, para o pagamento de juros extorsivos ao setor financeiro e a sigilosos investidores, incidentes sobre “dívidas” geradas sem contrapartida alguma, fruto de transformação de centenas de bilhões de reais de prejuízos da política monetária do Banco Central em “dívida pública”, além de outras operações ilegais e ilegítimas.

“Nessa circunstância, surge a PEC 55, cujo objetivo explícito, mascarado de controle de gastos, é sacrificar todas as demais rubricas orçamentárias para destinar mais recursos ainda para essa chamada ‘dívida pública’, que nunca foi objeto de uma auditoria, como manda a Constituição Federal”, explica.

Após a aula pública, proferida pela auditora fiscal, os manifestantes se reuniram em frente ao Museu Nacional, e, com palavras de ordem, marcharam rumo ao Congresso Nacional. Bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo foram disparados em direção ao público. Pessoas passaram mal e estudantes foram coagidos a se dispersarem. A integridade física dos manifestantes foi ameaçada com a truculência das forças policiais, que agiram desproporcionalmente à ação pacífica dos manifestantes em uso dos seus direitos de protestar. Com a agitação dos manifestantes em resposta à postura truculenta da polícia, carros foram depredados e houve correria.

Para o coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub), Mauro Mendes, a ação foi covarde, mas não conseguiu frustrar o objetivo do movimento que é o de protestar e lutar para impedir que a PEC injusta e cruel seja uma realidade.

A servidora Veronica Araújo, representante do Hospital Universitário de Brasília, avalia a medida adotada pelo governo ilegítimo uma afronta à sociedade. “Nós temos um País rico, com muitos recursos. Não há necessidade de fazer esse terror com a saúde, educação e segurança”, frizou.